

## Erinaldo Ferreira Carmo

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco.  
Professor de Sociologia e Política do Colégio de Aplicação do Centro de Educação da UFPE  
erinaldocarmo@gmail.com

## Soênia Maria Pacheco

Graduada em Ciências Geográficas, com Licenciatura Plena, pela UFPE. Especialista em Ensino de Geografia pela UFPE. Professora de Geografia do Colégio de Aplicação da UFPE  
soeniamp@yahoo.com.br

---

# Projetando a democracia na América do Sul

### Resumo

Desde a década de 1980, quando a América do Sul afastou a sombra do autoritarismo e voltou a respirar ares de liberdade, o processo de democratização vem se fortalecendo na região, dentro de um dinamismo próprio e sem uniformidade entre os Estados. Neste artigo descrevemos a construção desta democracia regional e as transformações ocorridas a cada década, incluindo as perspectivas em curso, tomando como referência o processo histórico e político de cada Estado sul-americano, compreendendo a ostensiva ampliação dos direitos de cidadania e do envolvimento político do cidadão, mas sem deixar de compreender a fragilidade das instituições políticas, o drama da corrupção, os entraves impostos pelo narcotráfico e pelos grupos guerrilheiros, as limitações ao crescimento econômico e a ascendente, mas ainda incipiente, organização do Mercado Comum do Sul – Mercosul.

**Palavras-chave:** América do Sul, Democracia, Mercosul.

### Abstract

#### DESIGNING DEMOCRACY IN SOUTH AMERICA

Since the 1980s, when South America pulled away the shadow of authoritarianism and again to breathe the air of freedom, the democratization process has been strengthened in the region, within a very dynamic and not uniform among the states. In this chapter we describe the construction of regional democracy and the changes occurring every decade, including the prospects for this ongoing, with reference to the historical and political process of each South American State, including the ostensible expansion of citizenship rights and political involvement of citizen, but

without ceasing to understand the fragility of political institutions, the drama of corruption, the obstacles posed by drug trafficking and the guerrilla groups, the constraints to economic growth and rising, but still incipient, organization of the Southern Common Market – Mercosul.

**Key-words:** South America, Democracy, Mercosul.

## 1. Introdução

As duas últimas décadas do século passado foram marcadas por um processo de democratização em escala internacional que envolveu, além da América do Sul, países do Sul e do Leste da Europa, correspondendo ao que Weffort (1990) chamou de “*circuito internacional da democratização*”, que inclui, ainda, alguns países da Ásia. Da América do Sul o processo se irradiou para toda a América Latina, a partir da redução da interferência dos Estados Unidos nas políticas locais desde o fim da Guerra Fria. A primeira destas duas décadas foi, sem sombra de dúvida, a mais marcante para os Estados sul-americanos, bem como para os demais latino-americanos, pois neste mesmo espaço de tempo registraram, simultaneamente à universalização da democracia, uma grave crise econômica e social que batizou este período como “*a década perdida*”.

Para se ter uma ideia desta crise econômica e social da penúltima década do século passado, o Produto Interno Bruto por habitante na região caiu em 10%, e aproximadamente 40% da população se encontrava abaixo no nível de pobreza (ROSENTHAL, 1989). Neste largo período de estagnação, os investimentos caíram em média 17% ao ano no Peru, 14% na Argentina, 13% no Chile e 5,5% no Brasil (GALL, 1989).

Esta década de 1980 foi analisada por Lafer (1989) como um momento de perda de posição no campo econômico para a região, quando a renda média *per capita* da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela foi inferior a um terço da renda média dos países europeus, sendo, pela primeira vez, desde a colonização européia do século XVI, uma região com reduzido papel econômico no mundo. O reflexo desta perda de significância da região reveste-se na desimportância da Organização dos Estados Americanos – OEA no cenário político mundial, naquele momento.

Para Weffort (1990), a América pobre da década de 1980, afundada em crises financeiras e de gestão, foi salva pela redemocratização, de forma que na década seguinte a crise perdurava, mas os governos autoritários haviam desaparecido quase que completamente, e onde ainda permaneciam apresentavam uma fragilidade que não lhes deixava seguir a passos firmes.

Na América do Sul da década seguinte, de 1990, apenas o Peru, com o “autogolpe” de Fugimori, e o Paraguai, com sua crise institucional de governo, ainda não apresentavam regimes democráticos. A Colômbia, por sua vez, que na década anterior se mantinha democrática, diferentemente da região, havia regredido à categoria de semidemocrática, devido às ações da guerrilha e dos grupos paramilitares.

Neste período, o narcotráfico tornou-se um problema escandaloso para os países andinos, em especial para a Bolívia, a Colômbia e o Peru, sendo estes dois últimos envolvidos diretamente em conflitos entre as forças do Estado e os narcotraficantes. Agitações restringiram as ações do governo, e este, em contrapartida, infringiu gravemente os princípios básicos referentes à inviolabilidade dos direitos dos indivíduos. Nestes Estados, de acordo com Mainwaring *et al* (2001), este período não deve ser registrado como democrático, visto que os governantes, ainda que escolhidos pelo povo em eleições competitivas, não conferiram os direitos básicos a determinados grupos sociais e violaram os direitos individuais atingindo uma larga parcela da população. Quando essas condições de infração são generalizadas e afetam grande parte dos cidadãos, o país não pode ser considerado uma democracia.

Também são registrados, neste final do século passado, muitos escândalos de corrupção envolvendo agentes públicos, o que põe em dúvida o valor da democracia para o povo sul-americano e dificulta sua autoafirmação como regime político ideal construído por este mesmo povo. A questão da corrupção, como tema presente na política da região, volta a ser tratada no final deste artigo. Ainda ocorreram na região, como parte normal do seu funcionamento orgânico, os financiamentos ilícitos de campanhas eleitorais, como o caso de Fernando Collor no Brasil, Carlos Pérez na Venezuela e Jamil Mahuad no Equador, o que dificultou os passos iniciais da democracia, comprometendo o sentido de eleições limpas e competitivas.

Outro problema constante na região sul-americana, este presente em todos os Estados, foi o endividamento e a conseqüente ingerência de organismos internacionais nas políticas econômicas locais. Este problema do endividamento foi agravado com a elevação da taxa de juros pelos Estados Unidos em 1979, quebrando os países subdesenvolvidos que ingressaram com alta inflação e estagnação produtiva e tecnológica na “*década da dívida*”, a de 1980 (CANO, 2009), problema que permaneceu na década de 1990. No entendimento de Linz e Stepan (1999), devido ao endividamento desses Estados, as questões econômicas tornaram-se mais importantes que as questões políticas, concentrando os esforços dos governos em saldar suas dívidas e contrair outras para mover o Estado, fato que retardou a condição da democracia na região.

## 2. Classificando os regimes

Para analisarmos cada um dos Estados sul-americanos precisamos inicialmente esclarecer o que caracteriza, nesta abordagem, um regime democrático e o que o diferencia do autoritário, para logo em seguida identificarmos a mobilidade dos Estados em cada uma das décadas aqui observadas.

Antes de apresentarmos a classificação, vamos identificar como ela foi construída e apontar os critérios utilizados. Primeiro, para efeito inicial de classificação dos países, adotamos o modelo qualitativo e histórico de classificação elaborado por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñan. Estes autores consideram como democracia o Estado que: 1. Realiza eleições abertas e limpas para o Legislativo e o Executivo; 2. Permite a universalização do direito de voto; 3. Garante as liberdades civis e os direitos políticos aos seus cidadãos; e 4. É de fato governado pelo governo eleito, não estando este submetido aos militares.

Esta descrição minimalista da democracia, utilizada por Mainwaring *et al* (2001), é aplicada de maneira simplificada a este trabalho, mas não nega a existência de outros critérios inerentes ao Estado democrático, entretanto consideramos estes como essenciais e de fácil identificação nos países observados.

Na classificação de um país como democrático, o primeiro critério observado é se os cargos de governo e do parlamento são submetidos à escolha do povo, através de processo competitivo, livre e limpo. O segundo critério é a existência do sufrágio universal, o que garante o direito de participação de larga parcela da população nacional, excluindo apenas os casos admissíveis (por não atingir a idade legalmente estipulada ou por condenações judiciais que impeçam o ato de votar). Estes dois primeiros critérios são considerados por Dahl (1971) como as dimensões clássicas da democracia representativa moderna.

Por sufrágio universal, correspondente ao segundo critério, consideramos o direito de votação da população adulta, mas sem o rigor de atribuir às eleições de décadas anteriores as mesmas regras existentes nas eleições atuais. Não se pode fazer uma comparação automática das democracias de períodos anteriores unicamente a partir de padrões contemporâneos. Desta forma, é necessário ser menos rigoroso com a classificação retrospectiva, visto que a democracia é dinâmica e apresenta constantes transformações. No Brasil, por exemplo, analfabetos só puderam votar a partir de 1985 e menores de 16 e 17 anos a partir de 1989. Por isso não podemos classificar os anos anteriores como não democráticos simplesmente por não incluírem estes grupos como eleitores.

O terceiro critério observado para classificação de um Estado como democrático é se os direitos políticos e as liberdades civis são respeitados, aqui incluindo a liberdade de imprensa, de expressão, de organização e de não ser preso arbitrariamente, sendo estes direitos protegidos por garantias constitucionais. O quarto critério é a certeza de que as autoridades eleitas possuem condições reais para o exercício de governo, sem a ingerência de forças militares.

Em Przeworski *et al* (2000) há, ainda, outros critérios que indicam se um país é democrático. A saber, a existência de mais de um partido político e a alternância de poder. Isto significa a existência de eleições competitivas, livres e limpas. Neste texto, estas exigências estão contempladas no primeiro critério indicado acima.

Estes critérios adotados para indicar se um Estado é gerido através de um regime democrático, ou não, somam um conjunto de valores que não surtem efeitos se observados isoladamente, ou se ao menos um deles

não for adotado. E a falta de um desses critérios não pode ser compensada, nem mesmo com a ampliação de outro. Regimes que promovem eleições competitivas, mas não protegem as liberdades civis, bem como regimes que garantem as liberdades civis, mas não permitem que o governo exerça de fato o controle do Executivo, não constituem Estados democráticos.

No que diz respeito à ascensão dos Estados nesta classificação, sabemos que, notadamente nas últimas décadas, os países sul-americanos passaram por transformações substanciais nas relações entre cidadãos e governos, e em suas estruturas políticas, sociais e econômicas. A ampliação dos direitos civis e a implementação de novos direitos colocaram estes países, salvo algumas exceções, em escala de ascendência na classificação dos regimes políticos. Entretanto, alguns Estados, em determinado período observado, não podem ser enquadrados nas duas categorias extremas (democracia e autoritarismo). Por isso, adotamos a classificação de Mainwaring *et al* (2001), por ser mais adequada à realidade latino-americana e, em especial, às delimitações espaciais e temporais deste trabalho em observação à América do Sul. Quando o Estado adota todos os quatro critérios, em conjunto, é classificado como democrático; quando este Estado viola parcialmente um ou mais destes critérios é classificado como semidemocrático; e quando a violação de um ou mais desses critérios ocorre de forma grave, este Estado é, então, classificado como de regime autoritário.

Ao classificarmos um Estado como de regime semidemocrático, em determinada década, levamos em consideração a argumentação de O'Donnell (2001) de que diversos regimes da América Latina satisfaziam o princípio das eleições competitivas, mas não cumpriam outros princípios essenciais, ficando aquém de uma democracia. Também consideramos que a classificação em uma dicotomia simples (democracia e autoritarismo) não contempla os “regimes que não se aproximam claramente, nem do tipo ideal de democracia, nem do autoritarismo e, portanto, não se encaixam bem em nenhum dos campos” (Mainwaring *et al*, 2001, p. 666).

Assim justificamos a adoção da classificação tricotômica ordinal (democracia, semidemocracia e autoritarismo), seguindo uma sustentação de Mainwaring *et al* (2001) de que este formato é mais sensível às variações de regimes que caem em uma zona intermediária.

Para as primeiras décadas observadas, indicadas no Quadro 1, re-produzimos a classificação realizada por Mainwaring *et al* (2001), e, para a última década, realizamos a classificação a partir dos mesmos critérios adotados nas anteriores, tomando por parâmetro os critérios inicialmente informados. Assim, enquadrámos como democrático o Estado que no período informado apresenta um regime que atende claramente aos quatro critérios aqui adotados; como semidemocrático o que apresenta eleições competitivas, mas não cumpre adequadamente os demais critérios, não podendo, por isso, ser considerado uma democracia; e como autoritário o Estado de regime claramente não democrático.

**Quadro 1**  
CLASSIFICAÇÃO DE REGIMES

	1970	1980	1990	2000	2010*
Argentina	A	D	D	D	D
Bolívia	A	D	D	D	D
Brasil	A	D	D	D	D
Chile	A	A	D	D	D
Colômbia	D	D	S	D	D
Equador	A	D	D	S	D
Paraguai	A	A	S	D	D
Peru	A	S	S	D	D
Uruguai	A	D	D	D	D
Venezuela	D	D	D	S	S

D = democrático; S = semidemocrático; A = autoritário.  
\*Considerando apenas os três primeiros anos.

Alguns países apresentam mais de uma categoria de regime em uma mesma década. Nestes casos consideramos o regime que tenha perdurado por mais tempo, a exemplo do Brasil, que aparece como democrático na década de 1980, apesar de ter sido autoritário até 1984 e só a partir de 1985 ter se tornado democrático.

Na comparação entre as décadas de 1970 e 1980 percebe-se que o quadro político regional foi consistentemente redesenhado. A Bolívia viveu sob o regime autoritário até 1981; a Argentina até 1982; o Brasil e o Uruguai até 1984; o Paraguai até 1988 e o Chile até 1989. Por isto esta década foi mesmo importante para a região, marcando o fim dos governos autoritários

e o início da redemocratização sul-americana, também estendida a outros povos latino-americanos.

O Equador havia reconquistado sua democracia antes dos demais, já em 1978. A Venezuela fez o caminho oposto: foi democrática em todas as décadas de 1970 a 1990 e a partir de 2000 regrediu à semidemocracia. A Colômbia também foi democrática por toda a década de 1980 e em 1990 passou para semidemocrática.

O Peru esteve sob o regime autoritário por toda a década de 1970. Em seguida teve várias modificações em uma mesma década, mostrando um quadro bastante instável, sendo democrático de 1980 a 1982, semi-democrático em 1983 e 1984, outra vez democrático entre 1985 e 1987, e por fim semidemocrático novamente em 1988 e 1989. Na década de 1990, em contínua instabilidade política, o Estado peruano foi classificado como autoritário até 1994 e a partir de 1995 como semidemocrático.

A seguir, descrevemos alguns momentos históricos relevantes dos Estados sul-americanos para projetar uma ideia, ainda que superficial, do cenário político constatado, que revela o posicionamento do país no quadro de classificação dos regimes.

### **3. A redemocratização**

1980 foi a década mais emblemática da região. Ano a ano, em efeito cascata, os valores da democracia climatizaram a atmosfera da região, assim como de outras partes do Planeta, sob influência das graves crises econômicas e políticas internacionais, incluindo a socialista que resultou, ao final desta década e início da seguinte, na derrubada do Muro de Berlim e na dissolução da União Soviética, respectivamente.

O Equador saiu na frente dos vizinhos sul-americanos e pôs fim à ditadura militar ainda em 1978. Assim o país já iniciou esta década de 1980 sob um regime democrático com o presidente Jaime Roldós Aguilera, que logo faleceu em 1981 em acidente aéreo, sendo substituído pelo vice Osvaldo Hurtado Larrea. León Febres Cordero Rivadeneira sucedeu Osvaldo Larrea na eleição presidencial de 1984 e estabeleceu como meta de governo o combate às drogas e ao terrorismo, contando com a ajuda estadunidense.



Foi sucedido por Rodrigo Borja Cevallos, vencedor da eleição de 1988, que na política externa promoveu a abertura do país para o comércio global, mas na política interna fechou acordos com grupos terroristas.

Na Argentina a crise do regime militar, agravada com a derrota na guerra das Malvinas, pôs fim ao período de ditadura. Porém, o processo de transição à democracia não foi sereno, registrando aversões dos militares às investigações e condenações por graves violações de direitos humanos. Raúl Alfonsín, eleito em 1983 pela União Cívica Radical, com amplo apoio em todas as camadas da sociedade, não conseguiu impedir as diversas greves gerais dos sindicatos peronistas contra suas medidas econômicas contidas no *Plano Austral*. Sem conseguir controlar a inflação, diante da insatisfação popular e do medo de um novo golpe militar, deixou o governo antes mesmo de concluir o mandato, sendo substituído por Carlos Menem, eleito em 1989 pelo Partido Justicialista, que controlou a inflação e estabeleceu condições de governabilidade.

A Bolívia retornou à democracia em 1982, quando os militares não puderam mais conter o descontentamento dos trabalhadores, nem dos grupos empresariais. A hiperinflação, o imenso endividamento do Estado e a queda nas exportações de minérios estimularam o afastamento da junta militar que governava o país e a imediata convocação de eleição aberta que resultou na escolha de Hernán Siles Zuazo, da Unidade Democrática e Popular, com o amplo apoio dos partidos de esquerda.

Os brasileiros e os uruguaios voltaram à democracia juntos. No Brasil, com a morte de Tancredo Neves, presidente eleito indiretamente, através de um colégio eleitoral, tomou posse o vice-presidente, José Sarney, que promoveu a transição pacificamente, convocou a Constituinte e governou até 1990, quando Fernando Collor assumiu o governo após vencer a eleição de 1989, a primeira posterior aos 20 anos de ditadura militar. O Uruguai retomou a democracia em 1985, quando os militares passaram o poder a um presidente civil eleito democraticamente, Julio María Sanguinetti Coirolo, do Partido Colorado.

Na Venezuela, o governo do presidente Jaime Lusinchi, eleito em 1983 pelo voto direto, esteve envolvido com escândalos de corrupção e crises financeiras relacionadas ao fato da economia nacional se basear, quase que exclusivamente, na produção petrolífera, deixando o país vulnerável ao

mercado externo. Ainda assim, Lusinchi conseguiu eleger o seu sucessor, Carlos Andrés Pérez, que assumiu o governo em 1989.

Embora a maioria das sociedades sul-americanas estivesse construindo e desfrutando de um regime democrático, alguns Estados ainda apresentavam dificuldades para se inserir na democracia que ressurgia com força na região. No Paraguai e no Chile, os militares permaneciam no controle do Estado e endureciam ainda mais as regras políticas numa tentativa de evitar a avalanche democrática. No Peru o problema central foi o enfrentamento dos grupos guerrilheiros e na Colômbia o poder paralelo dos narcotraficantes.

No Paraguai, os militares se mantinham fortes no poder, desde 1954, com Stroessner, até 1993, com Andrés Rodríguez. Controlando a política nacional desde o golpe militar de 1954, o general Alfredo Stroessner, comandante do exército, promoveu cinco eleições viciadas, sendo o vencedor em todos os pleitos. Em suas medidas, perseguiu os políticos opositores, centralizou o controle político e o comando das forças armadas. Governou até 1989, quando foi deposto por outro golpe, desta vez conduzido pelo general Andrés Rodríguez, que assumiu a presidência e deu continuidade ao regime autoritário.

Também no Chile, Augusto José Ramón Pinochet Ugarte, general do exército, governou o país desde 1973 através da força militar que destituiu o socialista Salvador Allende, então eleito democraticamente. Apenas 18 dias depois de ter se tornado chefe das Forças Armadas no governo de Allende, Pinochet chefiou a tropa que tomou o poder e logo se tornou chefe da junta militar. Pinochet comandou o período mais autoritário da história chilena. Nos 17 anos do seu governo, reprimiu violentamente os partidos de esquerda que apoiavam o presidente deposto. Seu governo foi condenado pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas por torturas e crueldades praticadas contra presos políticos. Na economia seu governo foi marcado pelo amplo processo de privatização de empresas estatais e serviços públicos, e pela densa transformação da produção local voltada para o livre comércio, atraindo grandes investidores externos.

Enquanto paraguaios e chilenos amargavam o dissabor da ditadura, numa época em que o Continente conduzia suas políticas para a democracia,

os vizinhos peruanos voltavam a escolher livremente o governante do país, embora isto não tenha significado o retorno do Peru à democracia. Fernando Belaúnde Terry, que havia sofrido um golpe em 1968, voltou à presidência peruana através de uma eleição democrática, porém teve sua gestão comprometida pelo fraco desempenho econômico do país e pelas ações armadas dos grupos guerrilheiros Sendero Luminoso e Movimento Revolucionário Túpac Amaru. Com limitações impostas pelas guerrilhas, Fernando Terry presidiu o Peru de 1980 até 85, sendo sucedido por Alan García.

Problemas semelhantes também ocorreram na Colômbia, onde esta foi mais uma década marcada pela guerrilha e pelo narcotráfico. O presidente Belisario Betancur Cuartas venceu a eleição presidencial de 1982 e iniciou um acordo de anistia aos presos políticos da guerrilha, numa campanha de pacificação nacional. Entretanto, o cartel de Medellín, com sua força financiada pelo tráfico de drogas, se assumiu no país como um poder paralelo ao estado de direito, inclusive com a ocupação de áreas e a realização do assassinato do ministro da justiça por este ter iniciado uma campanha de combate às drogas. Coube ao presidente Virgílio Barco Vargas, do Partido Liberal, que ganhou a eleição de 1986, em sucessão a Belisario Cuartas, promover uma grande investida para extinguir o cartel de Medellín, principalmente após assassinarem um ministro do Supremo e o político Luis Carlos Galán Sarmiento.

#### **4. A organização política**

A década seguinte à redemocratização foi de organização interna para a formação de governos capazes de imprimir uma nova marca de gestão política, econômica e social; um modelo baseado em diálogos e consultas às massas. Também foi uma década de incertezas, desconfianças e algumas tentativas de desestabilização do novo, registrando alguns casos de conflito entre grupos pelo poder.

A Colômbia presenciou, no primeiro ano desta década, uma campanha tumultuada, quando três candidatos presidenciais foram assassinados. César Gaviria Trujillo venceu a eleição pelo Partido Liberal, mas com o mandato travado pelos conflitos com os cartéis das drogas e com os

guerrilheiros, declarou estado de emergência e recebeu a colaboração dos Estados Unidos em sua política interna de segurança. No final desta mesma década, Andrés Pastana foi eleito presidente e teve seu governo marcado por acordos escusos com os guerrilheiros e com isso enfrentou duros protestos dos militares.

Ainda no começo dessa década, o Paraguai se livrou do domínio militar, elegendo Juan Carlos Wasmosy, do Partido Colorado. O novo presidente enfrentou dificuldades para exercer o cargo e logo no início do seu governo entrou em conflito com os militares, o que resultou na tentativa de golpe liderada por Lino Oviedo, então chefe do exército. No final da década, Raúl Cubas foi eleito presidente e imediatamente libertou Oviedo, contrariando a Suprema Corte do país e a vontade popular. A partir daí enfrentou constantes protestos violentos com manifestantes que pediam sua destituição. Cubas renunciou logo após o assassinato do seu vice, Luis María Argaña, em 1999, sendo sucedido pelo então presidente do Senado, Luiz González Macchi.

O Chile, que assim como o Paraguai foi classificado como autoritário na década anterior, já no início desta década de 1990 desfrutou do governo democrático de Patricio Aylwin, que sucedeu Augusto Pinochet, e como meta de governo procurou aprofundar as reformas econômicas implantadas ainda no governo militar, tornando o país um modelo aceito e defendido pelos Estados Unidos para os países latino-americanos. De 1991 até 97 o PIB chileno apresentou uma média de crescimento de 8%, com uma economia dinâmica e voltada para o mercado exterior. Somente a partir de 1998 é que a economia chilena sofreu uma sensível desaceleração devido à tensão econômica no cenário global provocada pela crise financeira asiática.

Enquanto os chilenos iniciavam um novo regime político, livre do longo período de autoritarismo de Pinochet, os peruanos, pelo contrário, iniciavam mais uma fase sem democracia plena. No Peru esta foi a década do governo Fujimori. Eleito em segundo turno em 1990, Fujimori centrou suas ações no controle da inflação e no combate ao terrorismo. Pouco depois sobrepujou a Constituição peruana quando estabeleceu o *governo de emergência e reconstrução nacional*, fechando o Congresso, cassando parlamentares, perseguindo servidores públicos, destituindo juízes e centralizando poderes.

No Uruguai, apesar das medidas impopulares dos governos de Luis Alberto Lacalle Herrera, do Partido Nacional, e de Julio María Sanguinetti, do Partido Colorado, e das privatizações, que de um lado reduziram os gastos do governo, e de outro elevaram a taxa de desemprego, o país manteve sua estabilidade política, o que já o diferencia dos seus vizinhos, inclusive pela brevidade do seu período ditatorial.

Já na Bolívia, no governo do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, a Constituição do país foi revisada em 1994, procurando equilibrar os três poderes, mas sem reduzir a força do executivo, e corrigir a ineficiência do judiciário. No ano seguinte, a lei de descentralização administrativa conferiu aos nove departamentos bolivianos, unidades político-administrativas correspondentes a estados, uma maior autonomia de gestão, mas os gestores departamentais ainda continuam sendo nomeados pelo presidente e não eleitos pelo povo. Já as cidades são administradas pelo presidente de câmara local e por conselheiros eleitos. Em 1997, Gonzalo Lozada foi sucedido por Hugo Banzer Suárez, que deveria governar o país até 2002, mas morreu antes de concluir o seu mandato, sendo substituído por Jorge Quiroga Ramírez, o vice-presidente.

Enquanto isso, o novo governo equatoriano, de Sixto Durán Ballén, que venceu o pleito de 1992, implantou medidas duras e impopulares de ajuste econômico. Em seu mandato, sofreu ainda o desgaste com a guerra contra o Peru pela área de fronteira no rio Cenepa. Em 1996 foi eleito o presidente Abdalá Bucaram, através de uma campanha populista de reformas econômicas e sociais. Bucaram foi deposto pelo Congresso logo no ano seguinte, sendo acusado de incompetência, e substituído pelo presidente do Congresso, Fabián Alarcón, que deveria exercer o governo interinamente, mas promoveu um referendo popular que o manteve no poder até 1998, após a elaboração da nova Constituição equatoriana. Neste ano, a eleição disputada em dois turnos conferiu vitória a Jamil Mahuad com uma estreita margem de votos.

Neste período, a Venezuela é um caso à parte, pela situação interna vivida sob forte crise econômica, social e, principalmente, política, formando uma conjuntura favorável ao surgimento do populismo de Chávez no final desta década. Durante o governo de Carlos Andrés Pérez, algumas indústrias foram nacionalizadas, dentro de sua política de esquerda, mas

o que marcou mesmo o seu mandato foram os escândalos de corrupção. Foi sucedido por Luis Herrera Campíns, mas em 1988 foi eleito novamente para governar a Venezuela. Em seu segundo mandato, Carlos Pérez implantou medidas de austeridade fiscal que desagradaram a sociedade. Este fato foi prontamente canalizado por Hugo Chávez, que despontou como um líder político em oposição ao governo. Pérez ainda enfrentou duas tentativas de golpe no ano de 1992 e foi finalmente destituído do cargo através de um processo de *impeachment* no ano seguinte, sendo substituído por Ramón José Velásquez. Em 1994 foi eleito o presidente Rafael Caldera Rodríguez, que já havia governado o país entre 1969 e 74. Por fim, na eleição seguinte, de 1998, Hugo Chávez foi eleito para um mandato de cinco anos, de 1999 a 2004.

Algumas tentativas de formar uma identidade democrática na região foram mal sucedidas inicialmente, outras lograram algum êxito, mas não o suficiente para desfazer definitivamente as amarras da ditadura. Mesmo nos Estados que conduziram a transição de forma pacífica, como o Brasil, havia dificuldades para formar um governo civil plenamente democrático, quando a estrutura militar ainda se mantinha articulada com a política nacional e presente nas mais diversas instituições, mesmo civis. Certas instituições permaneciam inalteradas e relutavam contra as mudanças anunciadas. Na Argentina, por exemplo, a resistência militar às investigações instauradas para averiguar as denúncias de torturas cometidas durante o regime ditatorial produziu momentos de tensão que dificultaram as relações institucionais no país.

## 5. A afirmação democrática

Após os desencantos e as tentativas tumultuadas de organização política dos Estados na década anterior, as sociedades sul-americanas iniciaram um momento de esperança e de assimilação do regime democrático, incluindo Colômbia, Paraguai e Peru, que antes figuravam como semidemocracias. A recuperação econômica creditou aos novos governantes implementarem novas agendas de fortalecimento e afirmação da democracia, como ocorreu na Argentina que, após forte recessão, normalizou a economia e voltou a crescer no governo de Kirchner.

Antes de Kirchner, Fernando De la Rúa, que havia assumido o governo argentino em 1999, em substituição a Menem, não obteve êxito em suas políticas econômicas, nem manteve o apoio popular por longo tempo, quando a economia registrava déficits fiscais, redução nas exportações, evasão de capital e crescente desemprego. As ações de Domingo Cavallo, convocado para comandar a economia, incluindo o congelamento das contas bancárias, estabeleceram a maior crise institucional do país com protestos violentos que levaram à renúncia do presidente em 2001. O governo interino de Eduardo Duhalde, nomeado pelo Congresso, estabeleceu a moratória da dívida externa argentina e concentrou os esforços do seu governo na tentativa de controlar a inflação, até ser sucedido por Néstor Kirchner, eleito democraticamente em 2003. Kirchner renegociou a dívida do país, nacionalizou algumas empresas, investiu em obras públicas e incentivou a industrialização em substituição às importações. O crescimento econômico argentino lhe rendeu a eleição de Cristina Kirchner como sucessora em 2007.

No governo boliviano, a primeira metade desta década foi de mandatos curtos. Com a morte do presidente eleito, Hugo Banzer Suárez, em 2001, o vice-presidente Jorge Quiroga Ramírez assumiu o governo até 2002, sendo substituído por Gonzalo Sánchez de Lozada, que já havia presidido o país na década anterior. Desta vez Lozada não resistiu à revolta popular e deixou o cargo em 2003, sendo substituído pelo seu vice, Carlos Mesa, que em 2005 também foi afastado. Eduardo Rodríguez Veltzé, aprovado como interino, governou a Bolívia até a eleição de Evo Morales, que assumiu a presidência em 2006.

Até o início desta década de 2000, a Colômbia ainda estava dividida entre o Estado oficial e a zona desmilitarizada, sob controle das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, devido a uma negociação do presidente Andrés Pastrana Arango com o grupo guerrilheiro. A Colômbia só retornou à normalidade com a posse de Álvaro Uribe em 2002, buscando estabelecer o seu poder de governo em todo o Estado e solicitando apoio dos vizinhos para conter as ações da guerrilha e recuperar os espaços perdidos para os narcotraficantes.

Luis Macchi assumiu a presidência do Paraguai em 1999, logo em seguida à renúncia de Cubas, e em maio de 2000 presenciou uma tentativa

de golpe coordenada por Lino Oviedo, então refugiado no Brasil. Em seguida o presidente Macchi foi indiciado duas vezes por corrupção, em 2001 e 2003, e em ambos os casos o pedido de *impeachment* não foi aprovado. Em 2003, Nicanor Duarte Frutos, do Partido Colorado, foi eleito para a presidência e também sofreu tentativa de *impeachment* por pretender alterar a constituição do país para se beneficiar com a reeleição. Em 2008 Fernando Lugo foi eleito para gerir o governo do Paraguai até 2013.

Após a cassação de Fujimori no Peru e o governo interino de Valentin Paniagua, Alejandro Toledo foi eleito em 2001, em segundo turno, pelo partido Peru Posible. O retorno à experiência democrática veio acompanhado da instabilidade política provocada pela forte oposição do Congresso e pelos protestos nas ruas pelo fato do governo Toledo não ter conseguido reativar a economia e gerar empregos. A mobilização dos trabalhadores também condenava a privatização das estatais energéticas. Em 2006 Alan García, que já havia governado o país na segunda metade da década de 1980, volta ao poder pelo Partido Aprista Peruano.

Nesta primeira década no novo século o Chile apresentou dificuldades em retomar seu desempenho econômico, desde a desaceleração do crescimento no final da década anterior. Os investimentos estrangeiros sofreram uma forte queda e concentraram-se, basicamente, nos setores de energia e mineração. No entanto, 80% dos investimentos estrangeiros continuaram indo apenas para quatro setores: eletricidade, gás, água e mineração. O governo criou um conselho para incentivar a concorrência e a inovação, a partir da identificação de novos setores e novas indústrias que receberiam incentivos, mas o investimento chileno em pesquisa e desenvolvimento foi de apenas 0,6% do PIB nacional. Com a crise econômica internacional e a dependência do país no mercado global, no final desta década a economia chilena sofreu uma retração de 1,5%, apesar dos incentivos do governo para estimular a economia e a geração de empregos.

Mesmo com estes cenários conturbados na região, a afirmação da democracia sul-americana pode ser registrada pela crescente conscientização e participação do cidadão e pelo gradativo fortalecimento das instituições. Enquanto a democracia se firmava na região como regime capaz de congregar a população e promover a recuperação conjunta da sociedade, dois Estados tiveram dificuldades na manutenção deste regime



e interromperam sua asseveração. O Equador e a Venezuela, por motivos bem distintos, buscaram no velho estilo o enfrentamento de suas crises políticas, econômicas e sociais.

No Equador, já no início do ano de 2000, grupos indígenas protestavam contra o governo de Mahuad, que decidiu pela repressão aos manifestantes. Diante da negativa do exército e da polícia em cumprir as ordens presidenciais e com a surpreendente formação de uma junta militar de intervenção na gestão nacional, Mahuad fugiu do palácio presidencial e passou o governo ao vice-presidente, Gustavo Noboa, que teve o aval dos militares e a ratificação do Congresso. Em 2003, um membro da junta militar, Lucio Gutiérrez, assumiu a presidência até 2005, quando então foi substituído pelo seu vice-presidente, Alfredo Placio. Só em 2006 é que o Equador restabeleceu a ordem democrática com a eleição de Rafael Correa.

Já na Venezuela os encaminhamentos para esta década tiveram início ainda no final da década anterior, em 1999, com o referendo de abril, convocado por Hugo Chávez, que lhe autorizou a convocar a Assembléia Nacional Constituinte, além de lhe conferir plenos poderes, inclusive de dissolver o Congresso, a Corte de Justiça, os governadores e as assembléias legislativas. Em 2000 o Congresso foi então dissolvido por Chávez.

## **6. A cultura de democracia**

No início desta década, Brasil, Colômbia, Uruguai, Peru e Argentina fizeram demonstrações de democracia plena com a eleição de novos governantes através de processos livres, limpos e competitivos. Dilma Rousseff foi eleita com a força política de Lula e de uma ampla aliança de centro-esquerda; a Colômbia elegeu Juan Manuel Santos Calderón, ex-ministro da Defesa no governo de Uribe; o Uruguai elegeu o ex-guerrilheiro José Mujica como sucessor de Tabaré Vázquez; no Peru, Ollanta Moisés Humala Tasso, do Partido Nacionalista Peruano, venceu as eleições com um discurso esquerdista e nacionalista, porém com uma campanha moderada e agregadora de forças; e na Argentina Cristina Kirchner conseguiu sua reeleição em uma campanha onde já aparecia como franca favorita desde o início.

O Equador, ainda com a patente instabilidade política que marcou a década anterior, registrou a fragilidade de suas instituições democráticas com as dificuldades de governo de Rafael Correa, presidente eleito em 2006 com uma postura nacionalista e de críticas ao Fundo Monetário Internacional – FMI. Em meio às denúncias de tentativa de golpe, Correa decretou estado de emergência e ameaçou dissolver a Assembléia. Em outro momento tenso, em 2010, envolveu-se diretamente em um conflito, sendo agredido fisicamente por policiais que protestavam contra a redução salarial imposta pelo governo.

A extensão desta década de 2010 está enraizada no fortalecimento dos governos civis e na consolidação da cultura democrática da população sul-americana. O maior envolvimento do indivíduo nos processos eleitorais e a contínua busca por informações políticas apontam para o surgimento de um novo cidadão para uma nova sociedade que se forma. A recuperação da economia na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai, assim como o reordenamento político na Bolívia, na Colômbia, no Equador e no Peru, reforça a onda cívica que cobre toda a América do Sul, com a exceção venezuelana.

A Venezuela parece mesmo seguir o caminho oposto aos seus vizinhos. Viveu períodos de estabilidade democrática enquanto a América do Sul se consumia pela ditadura. Hoje se mantém como uma semidemocracia enquanto os demais consolidam as conquistas inicializadas na década de 1980. Enquanto as crises econômicas e políticas das décadas de 1970 e 1980 desgastavam os governos militares em toda a região, na Venezuela as mesmas crises, nas décadas de 1980 e 1990 desestabilizaram os governos civis de Lusinchi, Pérez e Caldera, favorecendo a ascensão de Hugo Chávez. Já no início da década de 2000, em vez de dar continuidade à democratização e seguir o exemplo dos outros países da região, o governo venezuelano retornou ao estágio que seus vizinhos haviam deixado, e em vez das reformas institucionais, ocorreu a ruptura chavista. No olhar de Anastasia *et al* (2004), a Venezuela, outrora apontada como exemplo de democracia, já não existe mais.

Além da situação preocupante com a conjuntura venezuelana e sua democracia instável, outro Estado ofuscou a cristalização da política regional: o Paraguai. Em junho de 2012 os Estados sul-americanos entraram em

alerta com o descompasso na democracia paraguaia. Federico Franco assumiu o governo imediatamente após a cassação do mandato de Fernando Lugo, num processo iniciado por conta do conflito agrário ocorrido no interior do país. A oposição acusou Lugo de ter agido de forma imprópria e estar governando o país de maneira negligente e irresponsável. O processo de *impeachment* aconteceu rapidamente, iniciado na Câmara no dia 21 e já concluído no Senado no dia 22, depois do Partido Liberal Radical Autêntico, de Federico Franco, retirar seu apoio à coalizão do governo de Fernando Lugo. Até mesmo parlamentares que integravam os partidos da base governista votaram pela saída de Lugo.

Em contestação, os membros da União das Nações Sul-americanas – Unasul, condenaram o processo sumário de afastamento de um governante democraticamente eleito, sem ter-lhe dado plenas garantias de defesa processual, ferindo o estado democrático de direito. Instantaneamente, os Estados sul-americanos classificaram a deposição como um golpe e os governos argentino, boliviano, equatoriano e venezuelano se pronunciaram contrários ao afastamento de Lugo e pelo não reconhecimento do novo governo instaurado.

Estabeleceu-se uma tradição autoritária no Paraguai impregnada na cultura política nacional, o que perdura mesmo depois dos 40 anos de ditadura. Desde a década de 1980 os paraguaios registram diversos momentos de instabilidade, sendo uma renúncia da presidência, duas tentativas de golpe e um golpe efetuado, três pedidos de *impeachment* e um afastamento consumado. A instabilidade política e a incipiência da cultura democrática do país se refletem na observação da dificuldade do governante eleito em exercer o cargo, não atendendo ao quarto critério elencado na identificação de um regime democrático: a existência de condições reais do presidente eleito em exercer o governo.

## **7. A necessidade de integração**

A afirmação da democracia sul-americana esteve muito relacionada à manutenção da estabilidade econômica. Já sua consolidação depende da reversão desses ganhos econômicos em garantias sociais. Na década de

2000 a economia foi bastante ampliada, o PIB *per capita* regional cresceu 55,8%, segundo dados do Indexmundi, mas a redução do contingente de pobres nas áreas urbanas do próspero Mercosul, por exemplo, foi de apenas 22,7%, de acordo com dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal.

Concretamente, o fortalecimento da integração regional intercedeu pelo fortalecimento da democracia. Ao contrário das antigas soluções autoritárias, que concentraram poderes políticos, debilitaram as economias nacionais e ampliaram as desigualdades, a ação conjunta dos Estados promoveu o fortalecimento econômico e o crescimento mútuo. A mostra desse fortalecimento vê-se na repulsa dos países da região à tentativa de golpe em 2000 no Paraguai, forçando o recuo dos militares e a preservação do governo civil, numa afirmação clássica de que não há mais espaço para golpes militares na região; e no *impeachment* do presidente Lugo, com a condenação do ato e as sanções aplicadas ao Paraguai no âmbito do Mercosul, da Unasul e da OEA.

Por outro lado, a própria integração regional ainda está em processo de solidificação, registrando fragilidades que requerem amplo empenho das partes envolvidas. O Mercosul, como exemplo, apesar do seu formidável desempenho, visto na contínua ampliação de sua relevância para a economia dos países membros e de sua representatividade no cenário mundial, teve sua estabilidade ameaçada com a ação brasileira de desvalorização do Real em 1999, externando o seu frágil arcabouço institucional, colocado em risco de desarticulação pelo parceiro hegemônico (MEDEIROS, 2000).

**Tabela 1**  
TAXA MÉDIA ANUAL DE DESEMPREGO (%)

	1980	1990	2000	2010
Argentina	2,6	7,4	15,1	8,7
Bolívia	6,0	7,3	7,5	8,5
Brasil	6,3	4,3	7,1	7,0
Chile	10,4	7,8	9,7	9,6
Colômbia	10,0	10,5	17,3	12,0
Equador	5,7	6,1	9,0	8,5
Paraguai	4,1	6,6	10,0	7,9
Peru	7,1	8,3	8,5	8,1
Uruguai	7,4	8,5	13,6	7,6
Venezuela	6,0	10,4	13,9	7,9

Fonte: Cepalstat

A queda na taxa de desemprego, registrada na Tabela 1, representa não só o crescimento dessas economias, mas também a recuperação da capacidade de investimentos dos Estados em políticas geradoras de trabalho e renda. É certo que a redução do desemprego na região foi fruto muito mais da recuperação econômica que da democracia instaurada, seguindo uma tendência global que incluiu países que não passaram pela experiência da ditadura militar. Entretanto, é inegável que a democratização contribuiu para a melhoria da economia sul-americana e a conseqüente ampliação do mercado de trabalho, considerando a atração de novos investimentos estrangeiros para a região, a dinamização das relações comerciais entre vizinhos, o crescimento interno do consumo e da produção, além do esforço dos governos para a ampliação do ensino e da formação profissional especializada, através do incentivo à educação, como mostra a Tabela 2.

**Tabela 2**  
MÉDIA DE GASTO DO PIB COM EDUCAÇÃO POR DÉCADA (%)

	1970	1980	1990	2000	2010*
Argentina	1,6	1,7	3,2	4,4	4,5
Bolívia	3,4	2,7	4,4	6,1	4,4
Brasil	2,9	4,0	3,6	4,4	4,5
Chile	4,6	4,5	3,1	4,0	4,2
Colômbia	2,0	2,4	3,5	4,2	4,2
Equador	3,7	4,0	2,9	1,2	3,0
Paraguai	1,9	1,4	3,0	4,6	4,4
Peru	3,3	3,0	2,9	2,9	3,0
Uruguai	3,9	2,9	2,7	2,5	3,0
Venezuela	4,3	5,0	4,5	3,6	3,8
América do Sul	3,1	3,1	3,3	3,7	3,9

\*Projeção  
Fonte: Cepalstat

Considerando o amplo envolvimento da sociedade como condição essencial à consolidação da democracia, registramos o quanto é urgente aos Estados da América do Sul a simbiose entre crescimento econômico e desenvolvimento social, visto que a separação destes fatores também separa o cidadão da política. Contudo, é preciso afastar o risco de, tentando atender aos clamores populares, instituir o neo-populismo, como ocorrido recentemente nos governos boliviano, equatoriano e venezuelano.

O crescimento das economias nacionais na região pode ser muito bem observado no caso do Mercosul, onde, desde a sua criação, em 1991 com o Tratado de Assunção, registramos o crescimento de mais de 174% no PIB em Paridade de Poder de Compra, que leva em conta, além do valor nominal do PIB, o custo de vida, a inflação e as diferenças nas taxas de câmbio. Este registro da Tabela 3 evidencia o crescimento conjunto destes Estados e a relevância do bloco regional para prover este crescimento.

**Tabela 3**  
MERCOSUL: PIB-PPC (BILHÕES DE US\$)

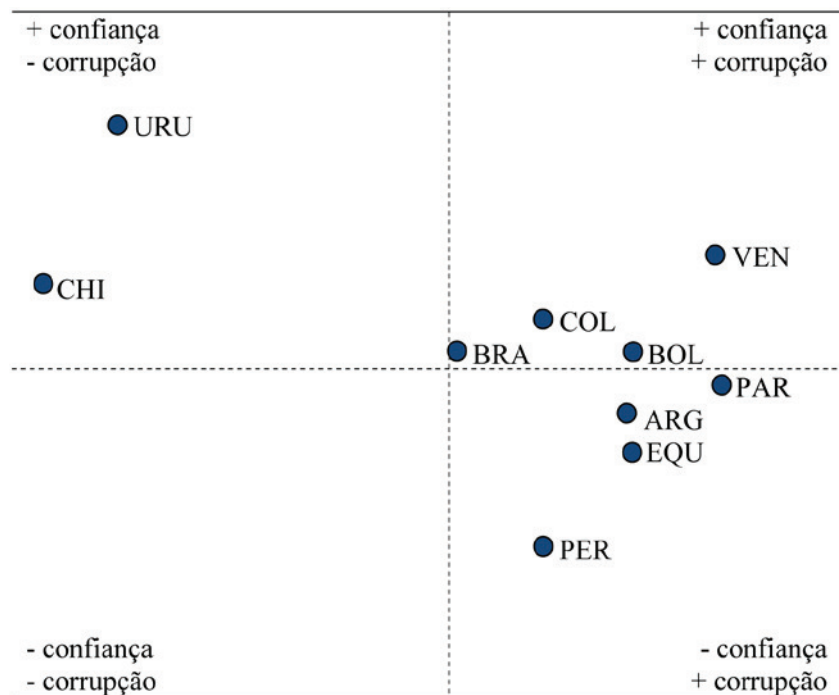
	1991	2010
Argentina	208,56	642,40
Brasil	817,33	2.172,05
Paraguai	12,82	33,30
Uruguai	17,87	47,98
Mercosul	1.056,58	2.895,73

Fonte: FMI

Mas a região ainda padece de problemas antigos que a democracia ainda não foi capaz de extinguir. O crescimento desigual gera nos Estados espaços de exclusão, onde são deixados de fora milhões de trabalhadores que lutam diariamente pela sobrevivência, sem interesse pela coisa pública. A desconfiança política e o descrédito nas instituições ainda contaminam as relações sociais, inclusive com o afastamento dos cidadãos dos processos eleitorais.

Ainda há os que não se envolvem com a política por não se identificar com a forma como ela é utilizada por grupos específicos de políticos. A visão da corrupção, um mal encravado na nossa cultura regional, afasta o cidadão da política e o faz desconfiar das instituições. Esta realidade está visível no Gráfico 1, que construímos para exemplificar este argumento. A partir da identificação da confiança do cidadão nas instituições do Estado e nos partidos políticos, elaborada pela Cepal, e do Índice de Percepções de Corrupção, criado pela Transparência Internacional, que ordena os países do mundo de acordo com o grau em que a corrupção é percebida entre políticos e funcionários públicos, realizamos o cruzamento de dados para posicionar os Estados sul-americanos no esquema que relaciona as duas variáveis.

**Gráfico 1**  
 CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO



Fontes: Cepal (2009); Transparência Internacional (2010)

A corrupção exemplifica a desarticulação das instituições do Estado e o afrouxamento de suas normas de funcionamento, bem como a permissividade da burocracia na predominância dos interesses particulares sobre os bens públicos. A falta de confiança, neste caso, ocorre principalmente pelo distanciamento do governo de suas responsabilidades na aplicação racional das políticas públicas, assim como pelo afastamento das instituições políticas, incluindo os partidos, da realidade dos cidadãos.

Na observação conjunta destas variáveis, nota-se que apenas o Uruguai e o Chile encontram-se no quadrante tipificado como ideal: menor percepção da corrupção e maior confiança nas instituições. Já a Argentina, o Equador, o Paraguai e o Peru posicionam-se no quadrante inverso, onde aos olhos da população há mais corrupção e menos confiança nas instituições, o que é danoso e incompatível à democracia.

A corrupção e a pobreza são fenômenos que persistem na região e se opõem à organização do Estado e à distribuição de suas riquezas produzidas, fazendo com que o cidadão não se veja na política e na economia. Esta é uma constatação de problemas comuns a nossa cultura política que precisam ser sanados como meta fundamental para a consolidação do regime democrático na América do Sul.

## **8. Conclusão**

Como exposto, compreendemos que, na década de 1980, a decadência das economias locais e a incapacidade dos governos autoritários em gerir as dívidas nacionais não foram elementos de retardo da democracia, mas sim seus maiores incentivadores. As crises consecutivas das décadas de 1970 e 1980 mostraram que não se pode resolver o problema econômico com medidas isoladas e decisões autoritárias, e, principalmente, sem considerar a questão social. Assim, entendemos que, de um lado, a miséria econômica regional pôs em crise os governos autoritários, favorecendo a mobilização da sociedade civil em torno dos ideais democráticos, e, de outro, a democracia recém-instaurada expôs ainda mais as reais condições de pobreza da sociedade, visto que a democracia torna a pobreza ainda mais visível. Como afirma Coulanges (1975), a igualdade nos direitos políticos tornou mais evidente a desigualdade de condições.

Na sequência, com a redemocratização, as camadas mais pobres da sociedade, com sua situação exposta e conhecida, ampliaram suas demandas e passaram a cobrar mais do Estado, o que aumentou a pressão popular e expôs a incapacidade dos governos em gerir tais problemas, ainda mais agora que não contavam com o uso arbitrário da força. Na década de 1990, os pobres sul-americanos já eram mais da metade da população e viviam uma realidade que alimentava uma grande frustração, provocada por graves problemas sociais, associados à falta de capacidade do Estado em atender às demandas populares e de setores específicos da sociedade. Moisés e Sadek (1995) observam que as crises sociais desta década fomentaram a frustração dos cidadãos com a democracia, quando a crença na solução autoritária perdeu força, mas a esperança da solução negociada também não surtiu o efeito esperado.



Com isso, não havia outra alternativa às novas democracias a não ser consolidar o curso já iniciado e se inserir como protagonistas no novo cenário internacional. Os governos civis da América do Sul não tinham outro rumo que não fosse a consolidação deste processo, fazendo envolver-se o cidadão, atentando para suas necessidades com a promoção de políticas sociais. Para isto, os Estados dependiam de sua capacidade de retomar o desenvolvimento econômico, e este desenvolvimento dependia de sua capacidade de integração. Assim, reforçaram-se as ações conjuntas para alavancar o Mercosul.

Apesar dos problemas estruturais que se acumulavam, acrescentando o endividamento, a corrupção e a baixa institucionalização, ainda assim, a década de 2000 foi de reconstrução nos campos da política e da economia para as novas democracias sul-americanas. Na política estabeleceram-se relações de diálogo entre governo e sociedade, valorização da consulta à vontade popular e respeito aos direitos constituídos; na economia, as principais forças regionais, que terminaram o século passado mantendo o mesmo modelo de desenvolvimento baseado na exploração de recursos naturais, já no início deste século apresentavam outra estrutura econômica, contando, inclusive, com a presença de elevados investimentos estrangeiros em ciência e tecnologia (LIMA, 2001), e modernização de parques fabris em adequação ao mercado externo e às novas exigências do consumo interno.

## Referências

- ANASTASIA, F. *et al.* **Governabilidade e representação política na América do Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Unesp, 2004.
- CANO, W. América Latina: notas sobre a crise atual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, 2009.
- COULANGES, F. **A cidade antiga**: estudo sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. São Paulo: Hemus, 1975.
- DAHL, R. **Polyarchy**: participation and opposition. New Haven: Yale University Press, 1971.
- GALL, N. (Org.). **Nova era da economia mundial**. São Paulo: Pioneira, 1989.

LAFER, C. Dilemas da América Latina num mundo em transformação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 18, 1989.

LIMA, M. C. Mercosul, um Prometeu ainda acorrentado: ciência e tecnologia, e investimentos externos diretos na Argentina e no Brasil. In: LIMA, M. C. (Org.). **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001.

LINZ, J; STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia**: experiências do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAINWARING, S. *et al.* Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, 2001.

MEDEIROS, M. A. A hegemonia brasileira no Mercosul: o efeito samba e suas consequências no processo institucional de integração. In: LIMA, M. C.; MEDEIROS, M. A. (Org.). **O Mercosul no limiar do século XXI**. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: Clacso, 2000.

MOISÉS, J. A.; SADEK, M. T. Perspectivas de consolidação da democracia na América Latina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 1, 1995.

O'DONNELL, G. Comparative politics and democratic theory. **Studies in comparative international development**, v. 36, n. 1, 2001.

PRZEWORSKI, A. *et al.* **Democracy and development**: political institution and well-being in the World, 1950 – 1990. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ROSENTHAL, G. El desarrollo de America Latina y el Caribe en los anos ochenta y sus perspectivas. **Cepal**, Santiago, n. 39, 1989.

WEFFORT, F. A América Errada: notas sobre a democracia e a modernidade na América Latina em crise. **Lua Nova**, São Paulo, n. 21, 1990.

Recebido em: 29/06/2012

Aceito em: 29/07/2012